

Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2015

Autoria: Senador José Medeiros (CIDADANIA/MT)**Iniciativa:****Ementa:**

Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

Explicação da Ementa:

Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos de até 6 meses de idade durante a realização de provas ou etapas avaliatórias em concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União, a cada intervalo de 2 horas, por até 30 minutos, por filho, sendo o tempo despendido compensado em igual período.

Assunto: Política Social - Proteção Social**Data de Leitura:** 24/03/2015**Tramitação encerrada****Decisão:** Aprovada por Comissão em decisão**Último local:** -**Destino:** À Câmara dos Deputados**Último estado:** 18/09/2019 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA**Despacho:****24/03/2015 (Despacho inicial)**

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria:**CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)****Relator(es):**Senador Eduardo Amorim (encerrado em 09/09/2015 -
Deliberação da matéria)**TRAMITAÇÃO****20/09/2019** SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Encaminhado à publicação Ofício nº 344, de 2019, do Primeiro-Secretária, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2015, sancionado e convertido na Lei nº 13.872, de 2019.
A matéria vai ao Arquivo.
(Este processado contém 31 (trinta e um) folhas numeradas)

Publicado no DSF Páginas 54 - DSF nº 142

Publicado no DSF Páginas 57 - DSF nº 142

19/09/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Encaminhado ao Plenário.**19/09/2019** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

TRAMITAÇÃO

Ação: À pedido
a SLSF

18/09/2019 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 13.872 DE 2019.
DOU (Diário Oficial da União) - 18/09/2019 - Seção I - págs. 2 e 2.
Sancionada em 17/09/2019.

29/08/2019 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Encaminhado à publicação o Ofício nº 147/2019, de 28 de agosto, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando que o projeto foi aprovado sem alterações e que a referida proposição foi enviada à sanção em 28/08/2019.

Publicado no DSF Páginas 125 - DSF nº 126

28/08/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

28/08/2019 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Encaminhado por solicitação.

18/10/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: À COARQ

06/10/2015 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Anexada cópia do Ofício SF nº 1.472, de 06/10/2015, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 18 e 19).

02/10/2015 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fl. 17).

02/10/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: APROVADA

Ação: Encerrou-se no dia 1º de outubro o prazo fixado no art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário do presente projeto que, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão competente, vai à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 30

TRAMITAÇÃO

02/10/2015 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término do prazo para interposição de recurso.

01/10/2015 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Juntado texto final revisado (fls. 14 e 15).

25/09/2015 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Prazo para interposição de recurso: 25/09/2015 a 01/10/2015.

23/09/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Encaminhado à publicação o Parecer nº 784, de 2015 - CDH, relator Senadora Eduardo Amorim, pela aprovação. Anunciado o recebimento do Ofício nº 135, do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, comunicando a aprovação da matéria, em caráter terminativo. Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria em referência seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 125-131

Publicado no DSF Páginas 147-150

23/09/2015 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Aguardando leitura de parecer da CDH.

23/09/2015 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Anexe o Parecer, o Texto Final apresentado ao PLS 156, de 2015, a lista de assinaturas, a lista de votação nominal e Ofício de encaminhamento ao Presidente do Senado Federal comunicando a aprovação da matéria em caráter terminativo, fls. 5 a 12 . À SSCLSF.

09/09/2015 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Na 78ª Reunião, Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto, conforme Relatório do Senador Eduardo Amorim.

04/09/2015 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 78ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 09/09/2015.

27/05/2015 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

TRAMITAÇÃO

Ação: Na 33ª Reunião, Extraordinária, realizada nesta data, foi lido o Relatório, adiadas a discussão e votação.

25/05/2015 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 33ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 27/05/2015.

21/05/2015 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido nesta data pelo Senador Eduardo Amorim, com relatório concluindo pela aprovação da matéria.

13/04/2015 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, designa o Senador Eduardo Amorim relator da matéria.
Ao gabinete do Senador Eduardo Amorim.

06/04/2015 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram recebidas Emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

26/03/2015 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo para recebimento de Emendas:
Primeiro dia: 26.03.2015
Último dia: 01.04.2015.

25/03/2015 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Recebido na CDH.
Matéria aguardando abertura de prazo para recebimento de Emendas.

24/03/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Encaminhado à publicação.
À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 88-91

24/03/2015 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 4 (quatro) folhas numeradas e rubricadas.

TRAMITAÇÃO

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 156/2015

Data: 24/03/2015**Autor:** Senador José Medeiros (CIDADANIA/MT)**Local:** null**Descrição/Ementa:** Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

Avulso inicial da matéria

Data: 24/03/2015**Autor:** -**Local:** SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**Ação Legislativa:** Encaminhado à publicação.

À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Relatório Legislativo

Data: 21/05/2015**Autor:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)**Local:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**Ação Legislativa:** Devolvido nesta data pelo Senador Eduardo Amorim, com relatório concluindo pela aprovação da matéria.

Parecer

Data: 09/09/2015**Autor:** -**Local:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**Ação Legislativa:** Na 78ª Reunião, Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto, conforme Relatório do Senador Eduardo Amorim.

Anexo

Data: 09/09/2015**Autor:** -**Local:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**Ação Legislativa:** Na 78ª Reunião, Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto, conforme Relatório do Senador Eduardo Amorim.**Descrição/Ementa:** Lista do Parecer

Anexo

Data: 09/09/2015**Autor:** -

Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2015

DOCUMENTOS

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Na 78ª Reunião, Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto, conforme Relatório do Senador Eduardo Amorim.

Descrição/Ementa: Lista de votação nominal

Avulso de parecer

Data: 23/09/2015

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação o Parecer nº 784, de 2015 - CDH, relator Senadora Eduardo Amorim, pela aprovação. Anunciado o recebimento do Ofício nº 135, do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, comunicando a aprovação da matéria, em caráter terminativo. Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria em referência seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Descrição/Ementa: PAR 784.2015-CDH

Texto final revisado - Projeto

Data: 01/10/2015

Autor: -

Local: SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação Legislativa: Juntado texto final revisado (fls. 14 e 15).

Autógrafo - PLS 156/2015

Data: 06/10/2015

Autor: -

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Anexada cópia do Ofício SF nº 1.472, de 06/10/2015, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 18 e 19).

Ofício

Data: 28/08/2019

Autor: Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado ao Plenário.

Descrição/Ementa: Comunica envio do Projeto de Lei do Senado nº156, de 2015, à sanção em 28 de agosto, de 2019.

Ofício

Data: 19/09/2019

Autor: Primeiro-Secretário do Congresso Nacional

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Encaminha autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2015, sancionado e convertido na Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019.

Documento Não categorizado

Data: 19/09/2019



Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2015

DOCUMENTOS

Autor: Presidência da República

Local: Plenário do Senado Federal